

# Descartado clube de devedores

Da sucursal de  
BRASÍLIA

A nota conjunta assinada pelo Brasil, México, Argentina e Colômbia representa um "alerta" dos governos desses países à comunidade financeira internacional e nações que vêm impondo pesadas medidas protecionistas contra as importações, especialmente os Estados Unidos, e um passo para se conseguir, nos futuros entendimentos, melhores condições para o pagamento da dívida e para a exportação de seus produtos.

A interpretação é de fontes da área econômica, que explicam não ser intenção, pelo menos do Brasil, formar um clube de devedores para uma negociação conjunta da dívida externa. Porém, mesmo que negociem em separado as soluções de seus problemas, os quatro países e outros que venham a apoiar os termos da nota conjunta se sentarão à mesa tendo por base pontos de vista comuns, que devem ser consolidados durante a reunião de chanceleres e ministros econômicos, possivelmente em junho.

Os países do Terceiro Mundo, especialmente os de grandes dívidas

como Brasil, México e Argentina, não têm condições de suportar indefinidamente a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos e, em consequência, no resto do mundo, que aumenta, a cada vez, em centenas de milhões de dólares o valor do saldo devedor, explicam as fontes da área econômica.

Além disso, as atuais condições de pagamento dos juros e amortizações da dívida são muito desfavoráveis, prosseguem as fontes, que citam o caso do Brasil: cerca de US\$ 11,8 bilhões em juros e amortização, este ano, mais, portanto, do que o superávit previsto de US\$ 9,0 bilhões na balança comercial, a ser conseguido com um grande esforço de exportações, que devem fechar em US\$ 24,0 bilhões, e de contenção das importações.

O entendimento do governo brasileiro, segundo as fontes, é de que o esforço de exportação para obter saldos consideráveis na balança comercial não deve reverter apenas ao pagamento de uma dívida em condições favoráveis. O Brasil precisa retomar níveis de crescimento e melhorar as condições de vida da população e, para tanto, uma renegociação da dívida em bases mais favoráveis é

imprescindível, de forma a reduzir o impacto do serviço dessa dívida nas contas do País.

Explicam também as fontes que a imposição de barreiras protecionistas contra os produtos brasileiros, por parte dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, deve ser revista, já que, se não conseguir exportar, o País deixa de produzir, gerar empregos e riqueza, o que é totalmente incompatível com uma nação em desenvolvimento, com um crescimento populacional substancial.

A própria nota conjunta assinada pelos presidentes do Brasil, México, Argentina e Colômbia deixa claro que esses países não podem mais conviver com as atuais condições de pagamento de suas dívidas externas e barreiras protecionistas ao comércio. Se não houver flexibilidade por parte da comunidade financeira internacional e nações desenvolvidas, há o risco de haver uma radicalização dos países latinos, que podem até mesmo vir a constituir de fato o clube de devedores e não aceitar negociar nada individualmente. O que pretendem evitar é exatamente essa radicalização, segundo as fontes da área econômica.